

Políticas compensatórias e a relevância da história: uma reflexão com dados empíricos de jovens brasileiros, mexicanos e argentinos¹

Políticas compensatorias y la pertinencia de la historia: una reflexión con datos empíricos de jóvenes brasileños, mexicanos y argentinos

Compensatory policies and the relevance of history: a reflection with empirical data of brazilian, mexican and argentine young people

Matheus Mendanha Cruz²

Resumo

O texto a seguir tem como principais objetivos perceber o posicionamento de jovens, entre 15 e 18 anos, mexicanos, brasileiros e argentinos acerca de políticas compensatórias acerca dos povos indígenas de seus respectivos países e discutir a influência do conhecimento sobre o passado nesse posicionamento. Utilizamos dados quantitativos, estatística descritiva, para fazer a discussão e foi possível perceber que há relação entre posicionamento político e saberes históricos. Também foi possível identificar que os respondentes que mais demonstraram apoio às políticas compensatórias são também aqueles que demonstraram maior interesse pelo pensamento histórico científico.

Palavras-Chave: Políticas compensatórias; Cotas na universidade para indígenas; Geração de sentido; Relevância da História; Didática da História.

Resumen

El siguiente texto tiene como principales metas percibir el posicionamiento de jóvenes entre 15 y 18 años mexicanos, brasileños y argentinos acerca de las políticas compensatorias acerca de los pueblos indígenas de sus respectivos países y discutir la influencia del conocimiento sobre el pasado en esa posición. Usamos datos cuantitativos, estadísticas descriptivas para hacer la discusión y fue posible percibir que hay relación entre posicionamiento político y el conocimiento histórico. También fue posible identificar que los encuestados que demostraron más apoyo a las políticas compensatorias son también aquellos que demostraron mayor interés en el pensamiento histórico científico.

Palabras claves: Políticas compensatorias; Cuotas universitarias para indígenas; Generación de significado; Relevancia de la historia; Didáctica de la historia.

Abstract

The following text has as main objectives to understand the positioning of young people, between 15 and 18 years old, Mexicans, Brazilian and Argentinian, about compensatory policies about indigenous people in their countries and discuss the influence of knowledge about the past in this positioning. We used quantitative data, descriptive statistics, to make a discussion, and it was possible to note that there is a correlation between political

*A pesquisa que gerou os dados apresentados nesse texto que foram financiados por editais do CNPq.

¹ Artigo apresentado no II Congresso Internacional Online de Estudos sobre Culturas, na modalidade online, 2020.

² Mestre em História; Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG; Ponta Grossa, Paraná, Brasil; matheusmcruz@live.com.

positioning and historical knowledge. It was also possible to identify the respondents who showed more support for compensatory policies is also those who showed greater interest in historical-scientific thinking.

Key-words: Compensatory policies; university quota for indigenous people; generation of meaning; relevance of the History; didactic History.

1. Introdução

Atualmente temos experienciado no cotidiano brasileiro discussões acerca dos Direitos Humanos. Infelizmente, comumente é possível ouvir expressões como *bandido bom é bandido morto* ou ainda *foi estuprada? Mas olhe a roupa que estava usando!*. Esse fenômeno vai além das fronteiras do Brasil, pois podemos perceber, por exemplo, a sensibilidade acerca dessa discussão quando observamos as proporções do discurso de Donald Trump, então candidato à presidência dos EUA, sobre construir um muro na fronteira com o México. Desta forma, o texto que apresentamos aqui é oriundo do incômodo sentido a partir da banalização de posicionamentos sem empatia³ e que por isso desdenham a vida do outro.

A partir desse incômodo decidimos investigar a relação de estudantes latino-americanos, entre 15 e 18 anos, com políticas relativas aos Direitos Humanos. Para afunilar a temática, optamos por nos debruçarmos sobre a percepção desses jovens quanto a situação dos indígenas em seus respectivos países. O interesse pelo pensamento da juventude se deu por entendermos que com essa faixa etária o estudante pode já ser um agente político bastante atuante em várias frentes como movimentos estudantis, grupos religiosos, participação em discussão em redes sociais, etc.

Com o parágrafo acima deixamos evidenciado que nossa intenção é discutir acerca de como o jovem que frequenta as escolas, na sua maioria urbana, se posiciona frente às políticas acerca dos indígenas na sociedade e elencar hipóteses para esses posicionamentos.

Nossa escolha pela temática indígena, entre outras possíveis no que tange aos Direitos Humanos, se deu por perceber como que, de forma geral, temos pouco conhecimento acerca das culturas originárias. Em sala de aula, algumas vezes, colocamos a seguinte reflexão para os estudantes: quantos de nós conhece algo acerca da cultura/história indígena a partir de uma fala ou texto indígena? Nas turmas que apresentamos essa questão a resposta foi sempre unânime: nunca os estudantes tinham tido acesso à cosmovisão indígenas ou a alguma de suas narrativas.

Ainda um outro motivo para essa escolha é o fato desse tema voltar à discussão, pelo menos no Brasil, com as tensões entre a grupos políticos que se colocam contra a demarcação

³ Nos referimos a empatia no sentido de Empatia Histórica, que é a compreensão dos porquês e da dinâmica de pensamento dos sujeitos e grupos do passado (LEE, 2003).

de terras indígenas. Essa tensão entre desenvolvimento capitalista e respeito a outros modos de vida é um dos pontos centrais para se pensar a sociedade que desejamos construir.

Investigar o posicionamento de jovens latino-americanos acerca de políticas voltadas à população indígena é relevante porque a partir daí é possível refletir, com base em dados empíricos, como que as políticas compensatórias no que tange aos indígenas têm sido vistas pela juventude contemporânea e, com isso, dá-nos condições de pensar estratégias para alcançar uma sociedade mais justa e plural, menos excludente.

Além desse aspecto também objetivamos averiguar a relação entre posicionamento acerca das políticas compensatórias referentes aos indígenas e o conhecimento acerca do passado, em especial a influência da construção de saberes com base na ciência da história na orientação da vida prática dos respondentes. Com isso temos a intenção de pensar se a História pode ter, de fato, um papel relevante no cotidiano político da sociedade.

Para alcançarmos esses objetivos utilizaremos como base teórica a Didática da História por ser a área do conhecimento histórico responsável por refletir acerca da construção, circulação e influência do conhecimento histórico na sociedade. Em especial utilizaremos os conceitos de geração de sentido e a discussão acerca do passado como orientador da vida prática que está em Rüsen (2015).

Também utilizaremos, para analisarmos os dados, a percepção de que houve uma construção narrativa/discursiva, adotada pela elite *criolla* de oposição entre metrópole e colônia tal qual apontado por Quijano (1998). No caso do Brasil esse processo ganha espaço no período da constituição da República (SALLES, 2013).

2. Metodologia

Para a discussão que apresentamos aqui utilizamos dados do projeto *Residente: observatório das relações entre jovens, política e história na América Latina*, carinhosamente chamado de *Residente*. Essa denominação ocorre em homenagem a um dos integrantes do grupo *Calle 13* devido à música *Latinoamerica*. Esse projeto é liderado pelo professor Dr. Luis Fernando Cerri (Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG) e tem como principais objetivos compreender e mapear o posicionamento político de jovens, além de refletir sobre o ensino de história e a relevância da história na vida prática dos estudantes. Para isso foi feita uma coleta de dados quantitativos através de um questionário com perguntas sobre política, concepção de história, cotidiano das aulas de história, dentre outros.

O projeto *Residente* é a continuidade de outros projetos anteriores, também liderados pelo professor Dr. Cerri. A primeira coleta de dados, feita no Brasil e na Argentina (depois

acrescentado o Uruguai) foi realizada em 2007 e esse questionário foi tido como piloto para uma coleta maior ocorrida em 2012 e 2013, esta ocorrendo no Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile. Em 2019, que é a do *Residente*, houve uma terceira coleta de dados nos seguintes países: Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, México, Colômbia, Peru e Venezuela.

A elaboração do instrumento começou no ano 2017 num evento na Argentina denominado *Primeras Jornadas Latinoamericanas de Enseñanza de la Historia* e teve continuidade com reuniões e discussões por plataformas como *WhatsApp* e grupo de e-mail no *Google*. A base para a organização do questionário do *Residente* foram os instrumentos dos projetos anteriores, que por sua vez, foram inspirados no projeto europeu liderado por Borries e Angvik denominado *Youth and History*.

Como o instrumento foi aplicado em vários países diferentes foram feitas traduções personalizadas para que pudesse haver menos dificuldade possível para os estudantes interpretarem o questionário. Além das traduções foram mantidas questões que eram de interesse de todos os países, como governos militares e acerca de temáticas indígenas, e foram mudadas outras que não eram discussões postas em todos os países.

Ficou estabelecido que o mínimo de questionários por escola deveria ser de 120. Também foi deixado claro para os estudantes que a pesquisa não exporia a identidade de nenhum deles e a participação deveria ser voluntária. Para a aplicação do instrumento contou-se com pesquisadores voluntários e escolas parceiras, que abriram suas portas para que a pesquisa pudesse ser feita. Foi utilizado formulários on-line, da plataforma *Google*, com as escolas em que foi possível acesos às ferramentas necessária para tal e para as demais foi utilizado formulário impresso e depois os pesquisadores responsáveis subiram esses dados no sistema para que as tabelas fossem geradas e pudéssemos dar prosseguimento às discussões.

Utilizaremos aqui, através de *software* estatístico, os dados dos estudantes brasileiros (3.694), argentinos (726) e mexicanos (1016). Fizemos essa escolha por serem as três coletas com maior número de respondentes. É preciso destacar que os dados aqui apresentados se trata de amostras não probabilísticas e compostas por conjuntos distintos de sujeitos.

3. Os jovens e uma hipotética indenização a indígenas e negros

A primeira questão que analisaremos os dados pergunta aos estudantes sobre o posicionamento deles acerca de uma hipotética reclamação de povos indígenas e/ou descendentes de escravizados de uma indenização pelos males sofridos por eles no processo de formação do país. A tabela abaixo apresenta a porcentagem válida dos respondentes.

Tabela 1 Pedido de indenização por país: percentual válido

28. Imagine que um dia, no futuro, as populações indígenas e/ ou descendentes de escravos reclamassem uma indenização pelos males que sofreram na construção de nosso país. Quem deverá pagar? (marcar uma alternativa)	Brasil	Argentina	México
a. O governo com os impostos pagos por todos.	31,5	19,7	29,2
b. Os mais ricos do país, que se beneficiaram da exploração.	17,8	23,6	20,5
c. Os países colonizadores que se beneficiaram da exploração.	38,6	45,2	34,5
d. Ninguém. Não se deve reconhecer o direito a essa indenização.	12,2	11,4	15,8

Fonte: Projeto Residente, organizado pelo autor

O primeiro aspecto que gostaríamos de destacar da tabela acima é que em todos os países a maioria dos jovens respondentes consideraram legítimo o pagamento da hipotética indenização. Esse dado nos permite indicar que existe, em algum grau, empatia por parte dos estudantes respondentes a respeito das populações indígenas de seus países.

Também é possível perceber que a maioria dos jovens, nos três países, indicam que caso houvesse a reclamação de uma dívida quem deveria pagar seriam os países colonizadores. Levantamos como hipótese para a ocorrência desse dado a narrativa-mestra⁴ que vem sendo construída desde os processos de independências política na América Latina.

Quijano (1998, p. 233-234) demonstra o processo do fortalecimento dessa narrativa quando das independências latino-americanas os grupos *criollos* subverteram alguns aspectos culturais aborígenes como se fossem seus para diferenciar-se um pouco dos modos europeus com o objetivo de conquistar a independência política. Mas o próprio Quijano (1998, p. 231) destaca que essas elites que lideraram o processo de independência política preferiram continuar alinhando seus interesses ao dos antigos colonizadores. Cria-se então um *nós contra eles* para justificar a independência, mas há uma permanência no alinhamento ao modelo de vida do norte global.

No caso do Brasil essa dinâmica é um pouco diversa porque a independência foi proclamada por uma elite lusitana. Entretanto essa construção de oposição à metrópole

⁴ Narrativa-mestra refere-se à organização dos fatos passados a ponto de gerar sentido e poder orientar a vida prática dos sujeitos. Para aprofundamento desse conceito indicamos Rösen (1987).

também ocorreu, principalmente com os grupos políticos que passaram a apoiar a República. Tanto que atualmente é comum ouvir sobre o *roubo que Portugal fez das nossas riquezas*, por exemplo, em conversas cotidianas.

Essa narrativa de ruptura com o passado colonial e a existência de uma outra organização social após as independências, no Brasil após a República⁵, também nos auxilia a perceber o porquê, entre os que admitiram a possibilidade de pagamento da indenização, a opção de pagamento pelos ricos do país foi a menos escolhida pelos jovens mexicanos (20,5%) e brasileiros (17,8%) e entre os jovens argentino não.

Os dados da tabela abaixo são referentes a média de concordância com a seguinte afirmativa: *34.4. Indígenas foram desfavorecidos na história do nosso país e continuam vítimas*⁶. O objetivo com esses dados é perceber se os estudantes admitem continuidades ou rupturas com um passado colonial baseado na violência étnica e, conseqüentemente, desigualdade social.

Tabela 2 . Indígenas foram desfavorecidos na história do nosso país e continuam vítimas: média por país

34.4. Indígenas foram desfavorecidos na história do nosso país e continuam vítimas	Média
Brasil	0,77
Argentina	1,70
México	0,96

Fonte: Projeto Residente, organizado pelo autor

Observando os dados da tabela é possível perceber que os argentinos concordam, em média, muito mais do que mexicanos e brasileiros acerca da afirmação que indica indígenas como vítimas de um processo de violência e desfavorecimento. Com isso, é possível indicar que os jovens argentinos percebem uma continuidade maior entre o passado colonial e a realidade atual do seu país.

Indicamos como hipótese que essa percepção de continuidade faz com que os jovens argentinos compreendam que os ricos atuais do seu país, em sua maioria, de alguma forma se beneficiaram com o processo histórico de conquista do território americano e a imposição de

⁵ Para perceber a continuidade de modelo social colonial na monarquia e como que a República ataca, em partes, essa dinâmica quando defendo o abolicionismo Salles (2013).

⁶ Os dados acima fazem referência a média resultante da média aritmética da resposta dos alunos, sendo as respostas possíveis -2 igual a discordo totalmente; -1 igual a discordo; 0 igual a nem concordo nem discordo; 1 igual a concordo; 2 igual a concordo totalmente, dividida pelo número de casos.

um modelo eurocentrado. Ou seja, o discurso de ruptura com a metrópole interfere menos na percepção das continuidades sociais e nos processos de exclusões étnicas.

Já entre brasileiros e mexicanos o grau de concordância menor indica que o discurso de rompimento com a metrópole se desdobra do âmbito político/civil e toca também a percepção da dinâmica social dos seus respectivos países. Em outras palavras, a partir dos dados é possível que os estudantes brasileiros e mexicanos assumam que o processo de rompimento com a antiga metrópole também inaugurasse um novo modelo social onde as violências étnicas contra os povos originários tenham ficado no passado.

Também assumimos essa tensão entre continuidades e rupturas como hipótese para que os argentinos sejam os que menos negassem a legitimidade do pagamento da indenização (argentinos – 11,4; brasileiros – 12,2; mexicanos - 15,8). O fato de os argentinos serem os que mais percebem a continuidade da exclusão étnica, conseqüentemente faz com que compreendam melhor a dívida histórica que sustenta o pagamento da hipotética indenização.

O último aspecto a discutirmos sobre a tabela 1 é a opção em que o Estado deveria arcar com os custos da hipotética indenização. É possível perceber que para brasileiros (31,5%) e mexicanos (29,2%) essa foi a segunda opção mais escolhida, já entre os argentinos (19,7%) a terceira opção, ficando a frente apenas de negação da legitimidade do pagamento da indenização.

Nossa hipótese é que o fato de Brasil e México terem uma alta taxa de desigualdade social, segundo dados CEPAL (2018, p.12), significativamente maior do que a Argentina, que tem uma das menores taxas de desigualdade social da América Latina, faz com que a população se veja mais dependente do Estado e por isso os estudantes vejam o governo como o responsável pelas políticas sociais.

4. A História como orientadora da vida prática

Políticas como a hipotética indenização são chamadas de compensatórias justamente por admitirem que, no passado, houve algum tipo de injustiça. Desta forma, o passado acaba por influenciar o presente. Rüsen (2015, p. 42) chama esse processo de geração de sentido, sendo sentido o “produto humano, mediante o qual o mundo em que o homem vive adquire um significado viabilizador da vida”.

Esse sentido é a organização do passado dando ferramentas para que possa ser interpretado o presente tendo como base um modelo de pensamento que utiliza a experiência do passado para isso, objetivando propor soluções para problemas, por mais simples que sejam, no presente. Desta forma, a história é tida não como um simples conjunto de fatos do

passado, mas sim um modelo específico de pensamento orientador da vida prática dos sujeitos (BORRIES, 2016, p.171).

É evidente que o desenvolvimento desse pensamento, chamado de pensamento histórico, não pode ocorrer desligado do conhecimento acerca das experiências temporais, os fatos do passado. Isso porque o pensamento histórico é responsável por mobilizar, frente a uma carência de orientação, o lastro de conhecimento que temos. A partir dessa mobilização a consciência histórica organiza os fatos, gerando assim sentido e orientação para a vida prática.

Como modelo de pensamento, dentre outros que existem, o pensamento histórico que estamos trabalhando aqui é aquele que se utiliza das ferramentas científicas para fazer essa mobilização do conhecimento acerca do passado. A principal característica dele está na utilização da razão (RÜSEN, 2015, p. 285), derivada da construção de ciência advinda do Iluminismo, e conseqüentemente a crítica frente ao que está posto para si e para o mundo.

Gostaríamos de destacar ainda que o pensamento histórico e a ciência não podem ser vistos como o centro de todas as possibilidades de um mundo menos desigual e mais plural. Pelo contrário, admitir a ciência e sua dinâmica como único meio de estabelecer diálogos é impor, mais uma vez, o modelo do norte global, ignorando cosmovisões outras que não se enquadram dentro do método científico, mas onde há sabedoria também. Com isso não fazemos defesa de que qualquer fala tem o mesmo peso. É preciso entender que cada modo de pensamento tem seu espaço, desde que haja coerência e seriedade em suas argumentações e visões de mundo.

Intentamos aqui analisar se o conhecimento acerca do passado mobilizado a partir dos parâmetros científicos, como razão e intenção de verdade, interferem de fato no posicionamento político dos estudantes no que tange às questões indígenas que estão postas para o debate atualmente.

Com base nesses aspectos teóricos propomos o cruzamento de questões acerca do passado latino americano para percebermos se há relação entre o conhecimento histórico e o posicionamento acerca da política de cotas para os indígenas.

A política de cotas tem por objetivo inserir parcelas da sociedade que passaram por um processo de exclusão, no caso, do ensino superior. A implantação dessa política está vinculada ao Estado e é um avanço na diminuição da desigualdade social e de acesso a bens culturais.

A tabela a seguir compara a opinião dos estudantes quanto à política de cotas com a média de questões sobre sua visão acerca do passado colonial latino-americano. Escolhemos para essa tabela o grau de concordância com as afirmações referentes ao período de

colonização da América Latina: *19.4 O começo de um período de exploração; 19.6 Desprezo e preconceito com outras culturas (indígenas, negros, etc.).*

Tabela 3 Relação entre posicionamento acerca das cotas para indígenas com visão sobre o passado desses povos no período colonial: média

País	34.5 Reserva de vagas para índios nas universidades públicas é, em geral, uma boa ideia	19.4 O começo de um período de exploração	19.6 Desprezo e preconceito com outras culturas (indígenas, negros, etc.)
Brasil	Discordo totalmente	0,75	0,67
	Discordo	0,70	0,63
	Nem concordo nem discordo	0,68	0,68
	Concordo	0,91	0,94
	Concordo totalmente	1,14	1,18
Argentina	Discordo totalmente	0,97	1,11
	Discordo	1,07	1,07
	Nem concordo nem discordo	0,89	1,05
	Concordo	1,09	1,27
	Concordo totalmente	1,15	1,41
México	Discordo totalmente	0,66	0,59
	Discordo	0,63	0,64
	Nem concordo nem discordo	0,85	0,75
	Concordo	0,98	0,88
	Concordo totalmente	1,17	1,23

Fonte: Projeto Residente, organizado pelo autor

Observando os dados da tabela anterior é possível perceber que há uma relação entre posicionamento acerca das cotas para indígenas na universidade e a visão acerca do passado desses povos. Isso porque os estudantes que concordam totalmente ou concordam tem médias maiores dos que os que discordam ou discordam totalmente nos três países.

Com os dados da tabela 3 ressaltamos a importância de se pensar a construção do conhecimento histórico nas sociedades latino-americanas. Esses dados demonstram a relevância de investir-se em espaços de memória e de fala para historiadores, afinal para se construir uma sociedade com mais respeito a alteridade e valorização do plural é necessário conhecimentos acerca do diferente.

Entretanto os dados nos permitem afirmar apenas acerca das visões dos estudantes sobre o passado e não sobre o processo para se obter informações sobre esse passado. Ou seja, até aqui não conseguimos afirmar sobre se a dinâmica científica para se construir conhecimento está relacionada com o posicionamento político dos jovens.

Na tabela a seguir cruzamos os dados acerca do posicionamento sobre cotas e a média sobre o nível de confiança de determinados meios onde a história aparece. Escolhemos a fala dos professores e museus e lugares históricos por serem, normalmente, meios onde a dinâmica científica é utilizada para construção do conhecimento e por estarem, de alguma maneira, próximo aos estudantes.

Tabela 4 Relação entre posicionamento acerca das cotas para indígenas com confiança fala de professores e museus e lugares históricos: média

País	34.5 Reserva de vagas para índios nas universidades públicas é, em geral, uma boa ideia	5.7. Falas dos professores	5.9. Museus e lugares históricos
Brasil	Discordo totalmente	0,60	0,99
	Discordo	0,81	1,12
	Nem concordo nem discordo	0,80	1,13
	Concordo	0,99	1,29
	Concordo totalmente	1,07	1,38
Argentina	Discordo totalmente	1,17	1,11
	Discordo	1,11	1,23
	Nem concordo nem discordo	1,06	1,05
	Concordo	1,21	1,19
	Concordo totalmente	1,29	1,30
México	Discordo totalmente	0,30	0,66
	Discordo	0,57	1,21
	Nem concordo nem discordo	0,73	1,23
	Concordo	0,89	1,35
	Concordo totalmente	1,02	1,54

Fonte: Projeto Residente, organizado pelo autor

Se a tabela 3 não nos possibilitava estabelecer relações claras acerca da ciência da história como influência na formação de opinião dos estudantes, a tabela 4 torna isso possível. Com os dados conseguimos constatar que a confiabilidade da fala dos professores e museus e lugares históricos vai se tornando mais alta conforme aumenta o grau de concordância com a política de cotas.

Esse padrão está um pouco diverso entre os argentinos, entretanto mantemos a afirmação de que a ciência infere na formação da opinião porque aqueles que concordam totalmente com a política de cotas tem mais confianças nos meios baseados na ciência do que aqueles que se colocam contra às cotas.

Um outro aspecto importante de ser notado nos dados dos argentinos é que existe uma alta confiabilidade, comparando com os resultados de mexicanos e brasileiros, tanto na fala de

professores quanto nos lugares dedicados à história. Em especial sobre a fala dos professores, a menor média dos argentinos é maior do que a maior média entre os mexicanos e é 0,01 menor do que a maior média entre os brasileiros.

Para termos uma noção melhor da influência da confiabilidade na ciência nas opiniões políticas apresentamos a próxima tabela com a média por países que representam o apoio às cotas indígenas na universidade.

Tabela 5 Posicionamento acerca das cotas por país: média

34.5. Reserva de vagas para índios nas universidades públicas é, em geral, uma boa ideia	Média
Brasil	0,61
Argentina	1,37
México	0,80

Fonte: Projeto Residente, organizado pelo autor

Indicamos que a alta confiabilidade na ciência entre os argentinos, segundo a tabela 4, interfere tanto a ponto deles serem os que mais apoiam a ideia de cotas para indígenas, em comparação com brasileiros e mexicanos. O que também é interessante já que cotas tem por objetivo diminuir a desigualdade e os argentinos têm a sociedade menos desigual e com maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre os três países em questão⁷. Ou seja, é possível que a desigualdade seja menor entre eles justamente por se preocuparem mais com esforços nesse sentido.

5. Considerações finais

Com os dados apresentados no presente texto pudemos notar que é possível que os jovens respondentes ainda mantenham, mesmo que inconscientemente, a narrativa-mestra oriunda do século XVIII e XIX. Lembrando que estava narrativa está baseada na justificativa de separação política, mas na manutenção do mesmo modelo social e econômico que foi imposto no durante o processo de colonização.

A manutenção dessa narrativa-mestra não impede que, de modo geral, os estudantes demonstrassem algum grau de empatia com os indígenas e negros ao concordarem com o pagamento de uma hipotética, mas influi para que a maioria opte que o encargo desse ônus

⁷ Segundo o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) a Argentina está entre os países com muito alto desenvolvimento humano - é o grupo dos países com melhor IDH - já México e Brasil estão no grupo de alto desenvolvimento humano. No ranking geral de IDH Argentina, México e Brasil estão em 40º, 74º e 75º, respectivamente. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idh-global.html> Acessado em: 22/05/2020.

seja pago pelos países colonizadores. Essa escolha demonstra que a ideia de sucesso com o rompimento do modelo colonial, o que de fato não ocorreu, é significativa na formação de opinião dos estudantes.

Essa manutenção prejudica a percepção das continuidades sociais e econômicas que estão na base das desigualdades da América Latina, conseqüentemente prejudicando o amadurecimento de discussões que visem superar tais problemas.

Como modo de superação dessas desigualdades e exclusões percebemos, pelos dados apresentados no trabalho, que a ciência da história pode oferecer recursos para auxiliar nesse processo. Isso ficou claro, principalmente, quando percebemos a relação entre afinidade pelo pensamento histórico científico e posicionamentos a favor de políticas compensatórias, de forma mais específica a política de cotas na universidade para indígenas.

Desta forma ressaltamos, para concluir, a necessidade de se pensar como que os jovens e a sociedade, de forma geral, estão tendo acesso ao conhecimento acerca do passado, como que a história tem aparecido e como ela tem sido construída, produzida e consumida pela sociedade. Pesquisas como esta que apresentamos aqui demonstram que esse campo do conhecimento chamado Didática da História (campo que se ocupa do processo de produção e difusão do conhecimento histórico, escolar ou não) precisa ocupar um espaço significativo nas discussões acerca da dinâmica política e cultural no presente, pois entender como que o saber acerca do passado está circulando na nossa sociedade e como ele influencia a formação de opiniões possibilita elaborar horizontes de expectativas, parafraseando Koselleck, com ações transformadoras no mundo.

Referências

BORRIES, B. V. Competência do pensamento histórico, domínio de um panorama histórico ou conhecimento do cânone histórico. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 60, p. 171-196, abr./jun 2016.

CEPAL. *Panorama Social da América Latina*. ONU. [S.l.], p. 28. 2018.

LEE, P. "Nós fabricamos carros e eles tinham que andar a pé": compreensão das pessoas do passado. In: BARCA, I. *Educação Histórica e Museu*. Bragal: Universidade do Minho, 2003.

QUIJANO, A. olonialidad del poder, cultura, y conocimiento en América Latina. *Ecuador Debate*, Quito, v. 44, p. 227-238, Agosto 1998.

RÜSEN, J. Explicação narrativa e o problema dos construtos teóricos de narração. *Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, São Paulo, v. 3, p. 97-104, 1987.

RÜSEN, J. *Teoria da História: uma teoria da história como ciência*. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

SALLES, R. *Nostalgia Imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. 2^a. ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.